

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PRESIDÊNCIA – Desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccalini
DIRETORIA-GERAL – Cassiana Lopes Viana

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO TRE-MG (CPAI)
Presidência CPAI – Dra. Roberta Rocha Fonseca
Coordenadoria De Responsabilidade Social (CRS) – Lara Marina Ferreira
Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES) – Juliana Costa, Tânia Macedo e Déborah Maciel
(31)3307-1670
www.tre-mg.jus.br

RELATÓRIO ANUAL

2023

Em atendimento à Resolução do CNJ nº 401/2021, artigo 23, inciso VII, que prevê a elaboração relatório anual acerca das ações realizadas para a promoção da acessibilidade e inclusão no TRE-MG.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
CONSULTORIA EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	4
SEMANA DA ACESSIBILIDADE 2023	6
CONTRATO DE INTÉRPRETES DE LIBRAS.....	8
AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS	9
CAPACITAÇÕES.....	10
CONCLUSÃO	11
COMPOSIÇÃO CPAI TRE-MG.....	11
INFORMAÇÃO TRE-MG	13

APRESENTAÇÃO

O ano 2023 marcou um novo capítulo na gestão da acessibilidade e inclusão no TRE-MG.

Considerando a relevância do tema, especialmente o impacto nas Eleições, foi criada no TRE-MG a Coordenadoria de Responsabilidade Social (CRS) e a Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES).

A CRS tem a atribuição de coordenar e acompanhar os programas e projetos de responsabilidade social, com uma unidade responsável pela execução das ações de promoção da acessibilidade e inclusão na Justiça Eleitoral Mineira.

A nova Coordenadoria representa um grande avanço no aperfeiçoamento da gestão da responsabilidade social neste TRE-MG e um divisor de águas no desempenho das atribuições da unidade responsável por gerenciar os projetos e ações de acessibilidade e inclusão.

Destacamos, nesse novo horizonte, o planejamento das Eleições 2024, a análise das ocorrências relativas à acessibilidade nas Eleições 2022 por meio do projeto Avaliação das Eleições, os diagnósticos, como o levantamento e análise dos dados relativos à acessibilidade nas eleições nos locais de votação e a proposição de novos projetos.

Destacamos, ainda, as ações voltadas para o público interno, como: a aquisição de recursos assistivos; as capacitações em acessibilidade e inclusão; e a contratação de consultoria em responsabilidade social. Todas as iniciativas do ano de 2023 apontam para caminhos promissores e ratificam o empenho do TRE de Minas na implementação plena das políticas de acessibilidade e inclusão na Justiça Eleitoral Mineira.

CONSULTORIA EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

O TRE-MG, atendendo a antigo anseio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), contratou a empresa Trilha Soluções em Responsabilidade Social LTDA para uma consultoria especializada em responsabilidade social, com foco em acessibilidade e inclusão.

O objetivo da consultoria foi capacitar os servidores das unidades ligadas à acessibilidade para que pudessem elaborar e implementar as políticas de Acessibilidade e Inclusão do TRE-MG, alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e demais normativos vigentes. A consultoria teve como objetivo também atender à necessidade de formação contínua dos servidores integrantes da CPAI e SACES, com o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias referentes à gestão em acessibilidade e inclusão.

A contratação da consultoria foi um marco para a acessibilidade no Tribunal, pois promoveu o aprimoramento do conhecimento dos participantes sobre o tema, além de proporcionar a elaboração de planos de ações e projetos utilizando metodologias mais eficazes.

Foram realizados encontros no segundo semestre de 2023 entre a Comissão de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), membros da Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES) e a consultora, Dra. Helena Queiroz, totalizando 50 horas. Durante os encontros, foram mapeadas as ações e projetos executados no Tribunal e os propostos para o próximo biênio, separando-os em âmbito interno (servidores) e externo (eleitores) e os adequando à legislação vigente.

Imagens da primeira reunião de consultoria TRE-MG e Empresa Trilha Soluções em Responsabilidade Social.



#Paratodosverem: Duas imagens mostram a primeira reunião de consultoria do TRE-MG com a consultora Dra. Helena Queiroz com a Juíza auxiliar da Presidência e Presidente da CPAI, Dra. Roberta Rocha Fonseca, a Diretora-Geral, Cassiana Lopes Viana e demais integrantes da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TRE-MG. Oito mulheres estão em torno de uma mesa de sala de reuniões, com quadros e bandeiras do Brasil e de Minas Gerais na primeira imagem e um computador ao fundo, na segunda imagem.

SEMANA DA ACESSIBILIDADE 2023

No dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e o Núcleo de Acessibilidade e Apoio aos Cartórios Eleitorais (NACEL) promoveram evento, no contexto da Semana de Acessibilidade 2023.

O tema da Semana: "Diálogos Possíveis a partir da Visibilidade" visou ressaltar a importância da participação dos servidores e colaboradores com deficiência na construção de políticas eficazes de inclusão no TRE-MG. O encontro teve como objetivo divulgar as ações de promoção da acessibilidade e inclusão no Tribunal e sensibilizar todos os agentes da Justiça Eleitoral mineira para a importância do tema, inclusive no dia das eleições e, especialmente, ouvir o servidor com deficiência no Tribunal.

Houve, ainda, apresentação musical do cantor, instrumentista e compositor Jafé, acometido com poliomielite aos seis anos de idade e uma palestra sobre Responsabilidade Social ministrada pela consultora contratada, Dra. Helena Queiroz. O evento ainda contou com a realização de uma oficina de Escuta Ativa com alguns dos servidores e colaboradores com deficiência do Tribunal.

O evento da Semana de Acessibilidade foi realizado no auditório do Tribunal e pôde ser acompanhado pelos servidores que não puderam comparecer ou estavam no interior pelo canal do Youtube do TRE de Minas, ampliando, assim o seu alcance.



#Paratodosverem: Duas imagens mostram o evento da Semana da Acessibilidade 2023. A primeira imagem mostra o Presidente do TRE-MG discursando no auditório, terno escuro, tendo atrás de si a bandeira do Brasil e de Minas Gerais. Na imagem da direita mostra o auditório com os participantes das comemorações do Dia da Luta da Pessoa com Deficiência.



#Paratodosverem: A imagens mostra a palestra da consultora Dra. Helena Queiroz no auditório do TRE-MG em frente a uma platéia, tendo dentre eles no primeiro plano três servidoras em cadeiras de rodas.

CONTRATO DE INTÉRPRETES DE LIBRAS

O TRE-MG possui um contrato com a Associação de Surdos de Minas Gerais para prestação de serviços de interpretação e tradução de libras, que vem sendo anualmente renovado. Em 2023, todos os eventos, palestras e *lives* contaram com a participação dos intérpretes e Libras, assim como todas as sessões ordinárias da Corte, realizadas por videoconferência pelo Tribunal.

AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS

Desde 2020, o TRE-MG, por meio de sua Comissão de Acessibilidade e Inclusão, vem adquirindo cadeiras de rodas, em atendimento a antigas demandas dos cartórios eleitorais e visando o atendimento qualificado aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida em suas sedes e nas eleições. Em 2023, foram adquiridas 15 cadeiras de rodas, totalizando 48 cadeiras já encaminhadas às Centrais de Atendimento ao Eleitor do Estado.

O critério para a distribuição das cadeiras de rodas observa o total de eleitores atendidos pelo cartório eleitoral, priorizadas as Centrais de Atendimento ao Eleitor. Outro critério diz respeito à possibilidade de no cartório haver lugar para armazenar a cadeira de rodas. Os cartórios eleitorais instalados em Fóruns não receberão cadeiras de rodas, pois já contam com o equipamento existente no local.

Há previsão de aquisição de mais cadeiras de rodas em 2025. A ideia é realizar um estudo com os Cartórios Eleitorais que ainda não receberam cadeiras para verificar os que têm interesse em recebê-las e se há local para guardá-las. Após, deverá ser efetuada a compra que atenda o restante dos cartórios eleitorais em Minas Gerais.

CAPACITAÇÕES

Por meio da Escola Judiciária Eleitoral de Minas foram realizados cursos, eventos e palestras com o tema acessibilidade e inclusão, entre eles:

- “EAD Acessibilidade”: o curso foi cedido pelo TRE-SC e disponibilizado a todos os servidores do Tribunal. Abordou temas básicos, com o objetivo principal de esclarecer que deficiência não é sinônimo de incapacidade e que a diversidade é uma característica natural da sociedade; desmistificar preconceitos arraigados na desinformação e promover o relacionamento harmonioso entre pessoas com e sem deficiência. Com carga horária de 15 horas, a ação contou com 527 inscritos e 436 aprovados.

- Curso “Comunicação Institucional Inclusiva e Atendimento Público a Pessoas de Grupos Minorizados”: promovido pela Seção de Educação a Distância (SEADI/EJE) o curso de 23 horas abordou temas como: o valor da diversidade, gênero e sexualidade; A comunidade LGBTQIAP+; Racismo estrutural; Linguagem não capacitista e sexista etc. Em sua 1ª edição, com tutoria, o curso foi direcionado para os colegas dos cartórios eleitorais. Com o sucesso dessa edição, novas turmas foram abertas, dessa vez no formato EAD, sem tutoria.



#ParaTodosVerem: A imagem retangular, com fundo azul claro, com detalhes quadriculados coloridos à esquerda, ao centro o texto: Comunicação Institucional Inclusiva. Do lado esquerdo, abaixo, o texto, inclusão, linguagem, diversidade, no alto, fotos de mulheres e homens, brancos, negros, jovens e idosos.

- Curso “Formação de Formadores de Cidadania - FOFO Cidadania 2023”. Com objetivo de capacitar servidoras e servidores para atuarem como formadores em projetos de cidadania do tribunal, o curso produzido pela Seção de Pesquisa e Cidadania (SEPEC/EJEMG) destinou um módulo para tratar, exclusivamente, do tema Acessibilidade. Contou com a presença de 40 formadoras e formadores de diversas zonas eleitorais do Estado.

CONCLUSÃO

A existência de legislação brasileira sobre os direitos das pessoas com deficiência não é suficiente para garantir a efetiva participação no processo eleitoral. A plena concretização da norma exige medidas administrativas progressivas, a serem aperfeiçoadas a cada ciclo eleitoral.

De forma geral, a Justiça Eleitoral precisa avançar para incluir as pessoas com deficiência e as pessoas com mobilidade reduzida no Cadastro Eleitoral, pois é bastante significativa a disparidade em relação aos dados do Censo do IBGE. É também necessário ampliar, continuamente, o percentual de seções com acessibilidade nos locais de votação, além de garantir uma comunicação institucional acessível e inclusiva.

Na perspectiva interna, é fundamental identificar magistradas e magistrados; servidoras e servidores; colaboradoras e colaboradores com deficiência ou mobilidade reduzida e ainda aqueles que constituam rede de cuidado e apoio a pessoas com deficiência, para oferecer, de forma cada vez mais eficiente, o tratamento individualizado adequado.

Portanto, é necessário desenvolver uma cultura de inclusão, capaz de orientar as decisões administrativas cotidianas. O TRE-MG entende que a abordagem sobre a acessibilidade não deve ser assistencialista, mas estrutural. Afinal, a inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todas as dimensões, organizacional, social e eleitoral é um imperativo legal e deve ser um compromisso institucional. Trata-se de aspecto da responsabilidade social que não mais permite que as instituições fiquem alheias à sua regulamentação e à aplicação das leis.

Assim, o desenvolvimento do Programa de Acessibilidade com a participação de servidoras e servidores com deficiência reforça o lema: “Nada sobre nós, sem nós”. Desde 2012, com a instituição do programa pelo TSE, o Tribunal vem adotando, as diretrizes daquela Corte Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça, cabendo destacar a recente a criação da unidade de acessibilidade e inclusão como importante marco de aperfeiçoamento.

As Eleições 2022 foram as primeiras realizadas com a participação de setor responsável pela execução das ações do Programa de Acessibilidade, o Núcleo de Acessibilidade e Apoio aos Cartórios Eleitorais (NACEL). Para as Eleições 2024, o TRE-MG passa a contar com uma estrutura e planejamento especificamente orientados para a execução das ações do Programa de Acessibilidade. Portanto, a expectativa é que as ações e projetos relacionados à inclusão e à acessibilidade desenvolvidos pela Justiça Eleitoral mineira avancem ainda mais nos próximos anos."

COMPOSIÇÃO CPAI TRE-MG

Instituída pela Portaria PRE nº 04/2024 Link.

DRª ROBERTA ROCHA FONSECA – JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA TREMG PRESIDENTE	JULIANA GOMES DA COSTA SABINO SACES/CRS	ROGÉRIO BERNARDES DE FARIA TAVARES AGOP/SGG
TÂNIA SUELI DE ALMEIDA MACEDO SACES/CRS	KARINA MARCOS BEDRAN PINHEIRO SGESU/CRS	LUIZA FERNANDA DE AGUILAR BRAGA SOUZA SEMAP/SGS
PATRÍCIA MARIA MONTENEGRO DE MENEZES LAMEGO CAS/SGP	ADRIANA STEINER DE MELO AACRE/CRE	NILMA RODRIGUES ALVES SDSIS/STI

INFORMAÇÃO TRE-MG

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PRESIDÊNCIA – Desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccalini
DIRETORIA-GERAL – Cassiana Lopes Viana

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO TRE-MG (CPAI)
Presidência CPAI – Dra. Roberta Rocha Fonseca
Coordenadoria De Responsabilidade Social (CRS) – Lara Marina Ferreira
Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES) – Juliana Costa, Tânia Macedo e Déborah Maciel

TELEFONE (31)3307-1670

www.tre-mg.jus.br

ROBERTA ROCHA FONSECA
Juíza Presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão – TRE-MG

